

### CAMPAGNES OMBRIENNES: A IMPORTÂNCIA DOS FLUXOS PARA A INTERPRETAÇÃO EM GEOGRAFIA

Não é o objecto de estudo — neste caso o espaço rural — que situa uma obra. São mais importantes entre os geógrafos as divergências de método e de filosofia.

Este trabalho sobre a Úmbria <sup>(1)</sup> é uma obra de geografia regional, atitude de longa e forte tradição na escola francesa de geografia. Em Inglaterra ela nunca teve uma importância paralela e a insatisfação criada pelo conceito regional é hoje um tema amplamente discutido em países de língua inglesa: faz-se o balanço dos efeitos da atitude regional no pensamento geográfico e procura-se uma revolução do conceito nos casos em que ele se apresenta necessário <sup>(2)</sup>.

Até há pouco tempo, a escola francesa de geografia denotava uma particular predilecção pelos temas rurais <sup>(3)</sup>. Talvez porque se tratava de um campo mais favorável à aplicação de uma atitude: a explicação da paisagem fazendo apelo a factores naturais e históricos. Também o autor de *Campagnes Ombriennes* limitou o campo de estudo à paisagem rural: «pôs de lado os problemas urbanos e industriais» (p. 5). O ponto de vista do autor foi o de uma «geografia total», quer dizer, renunciou

(1) H. DESPLANQUES. *Campagnes Ombriennes. Contribution à l'étude des paysages ruraux en Italie Centrale*, Paris, 1969, A. Colin, 573 pp., 72 figs., 70 fotos. Um mapa da região na escala 1:200 000. Índice analítico. Bibliografia sobre temas nacionais e regionais.

(2) A este respeito ver: E. A. WRIGLEY, «Changes in the Philosophy of Geography», em *Frontiers in Geographic Teaching*, London, 1965, Edit. R. J. Chorley, and P. Haggett, pp. 3-20. Uma breve evolução histórica do conceito de região é apresentada por TURNOCK, «The Region in Modern Geography», *Geography*, n.º 237, Nov. 1967, pp. 374-383.

(3) Veja-se uma breve panorâmica das tendências da geografia rural francesa em E. JUL-LARD, «Géographie Rurale Française; travaux récents (1957-1963) et tendances nouvelles», *Études Rurales*, n.º 13-14, pp. 46-70. Este breve artigo traça uma evolução de conceitos que permite datar a obra de H. DESPLANQUES.

ao aprofundamento de problemas divergentes que poderia «sacrificar o exame sintético da paisagem» (p. 5). E foi «a paisagem complexo de natureza e história o princípio que guiou o trabalho e a tese defendida» pelo autor (p. 9).

Os processos utilizados — fases preliminares para a «explicação da génese» — foram a descrição minuciosa e a classificação de factos. Por isso, a linguagem gráfica é constituída principalmente por mapas analíticos que sugerem ao leitor correlações e variado documentário fotográfico. Por exemplo, no capítulo dedicado ao estudo do relevo *compartimentado*, a análise não é restrita a aspectos convergentes para a verificação de uma hipótese. Fez-se uma minuciosa descrição dos elementos físicos, incluindo aspectos da estrutura do relevo e de tectónica. Depois, em conclusão do capítulo, resumem-se os elementos físicos que interessam a uma geografia rural: declives (fortes), solos (pobres), o carácter pantanoso (das planícies), a disposição (compartimentada) do relevo. A parte da obra dedicada à história revela o mesmo carácter descritivo e a elevada densidade de informações. O autor, colocando-se numa «perspectiva histórica», e como «toda a paisagem é história, sobretudo na Úmbria» (p. 5), procura recuar até onde dispõe de documentos válidos: desde os Úmbricos, Etruscos ou Romanos até à Itália moderna.

A interpretação da paisagem resulta da «análise das causas» (p. 211), ou seja, da consideração do «peso» relativo dos «factores» da paisagem — físicos e históricos. Vejamos, através de um exemplo, a importância atribuída aos factores.

O autor verifica que a geometria das divisões comunais «não corresponde ao que o mapa de relevo deixava prever» (p. 102). Antes pelo contrário, o traçado «está cheio de contradições», quer dizer, «não se faz segundo as linhas de relevo». Por isso, «é inútil continuar a procurar um significado geográfico nos limites e forma das comunas» (p. 102). Perguntamos: a possível influência do relevo traduzir-se-á no decalque de cristas com limites de comunas? Restringir-se-á a geografia ao espaço fisicamente visível? Procurar a coincidência de elementos físicos com humanos, o carácter *determinante* ou *indiferente* daqueles não corresponderá a uma abstracção em geografia *humana*? Os elementos físicos não serão condicionantes, conforme os ambientes, ou seja, conforme os homens os percebem, nas decisões de uma sociedade que a organização do espaço reflecte?

O autor conclui que os limites das comunas «são mais explicados pela história do que pela natureza» (p. 114). A história não representa para o autor uma dimensão — imprescindível no estudo de processos — mas «as flutuações pelas quais a região chegou até nós». Se um problema actual se acusa em situações distanciadas no tempo, o autor conclui pelo «peso da história social».

A preocupação fundamental do autor foi, de facto, destacar na paisagem os elementos que «só o passado pode explicar» (p. 540), daqueles que reflectem mais a «tiranía do meio físico» (p. 329). O atraso da Úmbria resultaria do jogo dos dois factores. Assim, o plano da

obra é coerente com aquela concepção de geografia. A primeira parte é dedicada ao estudo da *origem física dos grandes contrastes* «porque, numa região montanhosa (como a Úmbria), os dados do relevo e do clima fornecem o quadro fundamental do qual as sociedades não podem escapar» (p. 11). Contudo, verifica-se, muitas vezes, «desadaptação» do quadro humano ao quadro físico. Por isso, na segunda parte da obra — *a organização do espaço rural* — o autor interroga a outra ordem de factores — os históricos. Porque o peso relativo dos factores é diferente, conforme as escalas do espaço observado, o autor tenta «des-tringir a parte dos elementos físicos e humanos» (p. 92), através da análise de espaços progressivamente mais pequenos. Desde a região, considerada «a forma mais frágil e convencional», visto que a Úmbria «não é formalmente um espaço homogéneo e não tem unidade geográfica» (p. 98); a comuna que reflecte uma hereditariedade forte da época comunal; as formas de propriedade que, pelo contrário, «obedecem mais fielmente às sugestões do meio natural» (p. 231); o tipo de exploração em crise; até à parcela.

Verifica-se na terceira parte do livro que, face «à tirania do meio natural», a humanização da paisagem representa uma conquista difícil.

A utilização agrícola — estudada na quarta parte da obra — «revela discordância em relação aos solos» (p. 453).

Finalmente, a adaptação do *homem-habitante* é analisada na última parte da obra.

O conteúdo de uma obra não é independente da filosofia em que assenta e da linguagem utilizada. A crítica às conclusões do autor, o resumo das afirmações contidas na sua obra, pareceram-nos, por isso, inúteis. Mas, precisamente porque uma obra se justifica face a uma atitude, ou seja, ao objectivo significativo e ao processo de interpretação, ela não é um produto terminado. É motivo de diálogo, material de construção de hipóteses de trabalho e de outras interpretações, degrau de perguntas. Foi neste sentido que utilizámos a análise da obra de H. DESPLANQUES.

O autor reconhece que «a diferenciação regional se baseia na esfera de influência das cidades» (p. 112). No entanto, estas não constituíram para o autor elementos importantes para a interpretação do atraso da região umbriana. Perguntamos: *o tipo de influência e o carácter da cidade* não constituirão o sistema referencial dos problemas *fundamentais da Úmbria, região de economia agrícola?* «Até ao séc. XIX a comuna formava uma pequena unidade de economia fechada» (p. 113). Por um lado, a interdição de exportar produtos agrícolas para fora dos limites da comuna reforçava a auto-suficiência; por outro lado, os produtos agrícolas eram obrigatoriamente levados para a cidade ou burgo centro da comuna. O padrão da rede de caminhos reflecte este tipo de relações cidade-campo. São caminhos radiais que têm como centro o burgo ou a cidade. Estes padrões estrelados têm quebras de continuidade que coincidem com limites comunais. O padrão da rede de

caminhos, mais regular na planície, deformado na montanha ou na colina, «exprime hoje relações urbanas» (p. 221).

Na Úmbria a cidade corresponde à urbanização de proprietários rurais de origem nobiliárquica ou eclesiástica. O palácio na cidade e a *villa* no campo reflectem o tipo de exploração da propriedade citadina — o arrendamento por parceria. Assim se compreende que até ao princípio do século as mais vastas comunas em área eram também as maiores comunas *urbanas* (com as mais elevadas percentagens de população activa *não agrícola*) e as maiores comunas *rurais* (com as maiores densidades relativas de *trabalhadores agrícolas*).

«A propriedade fundiária era a melhor expressão do poderio e riqueza das cidades.» (P. 123.) Perguntamos: o volume da propriedade citadina não representará hoje o reflexo nítido do problema fulcral da Úmbria?

A propriedade é citadina pela residência do proprietário e não pelo tipo de empreendimento. A burguesia que detém a média e grande propriedade capitalista do Noroeste é estranha à região. São aquisições recentes de sociedades industriais e comerciais do Norte da Itália. O papel da burguesia local foi sempre insignificante. Regra geral, mesmo a propriedade citadina estrangeira à região não representa investimentos nem alteração das estruturas fundiárias locais (os interesses da burguesia lombarda e piemontesa constituem excepção). Representa apenas a corrente de emigração para as cidades da Itália industrializada, como Roma, Florença, Milão e Turim. Veja-se a localização da propriedade dos cidadãos estrangeiros à região: na planície ou na baixa colina, ou seja, em território das comunas urbanas da Úmbria. Verifique-se também que a propriedade citadina local «excede-se» sobre as comunas rurais da região. De tal forma que estas são todas «deficitárias». Estas *deslocações* têm o mesmo sentido dos *movimentos* migratórios da população. De facto, há uma hierarquia na organização do espaço e nas decisões humanas: as comunas rurais cedem população aos burgos; estes perdem-na a favor das cidades exteriores à região. Por isso, «a propriedade rural dos cidadãos tende a concentrar-se nas mãos dos Romanos. Não porque estes compreem terras, mas porque o êxodo para a capital se generaliza» (p. 144). «A Úmbria é deficitária (em homens e em propriedades) em relação ao resto da Itália» (p. 142). O que significa envelhecimento da população local e extroversão de capitais que vão ser empatados em actividades que envolvem avultados rendimentos e riscos mínimos: os investimentos imobiliários que são solicitados pelo ritmo de crescimento das cidades, pólo de imigração.

Reconhece-se a importância dos *circuitos de mercado na evolução das culturas «comerciais»*, como o tabaco e a beterraba. Antes da generalização da camionagem, na década de 1950-1960, a colheita de beterraba era levada à refinação por carro de rodas ou caminho-de-ferro. Cultura frágil e cara em fretes de transporte, a beterraba açucareira sofreu, por isso, a concorrência do milho, nas regiões mais arcaicas, e do tabaco, nas regiões mais modernizadas. Resulta que a área destinada à cultura da beterraba se estabiliza ou se reduz a favor

do avanço da área cultivada de tabaco. Hoje, onde a beterraba subsiste, ela está directamente ligada à proximidade da refinaria de açúcar: é esta que determina as variedades a cultivar — as que têm menor peso e maior quantidade de açúcar — e a localização próxima da plantação.

No entanto, *para interpretar a localização das culturas tradicionais procura-se a vocação natural*. Perguntamos: será possível admitir, mesmo num «estado isolado», a ausência de mentalidade económica? A análise da organização do espaço — teste da hipótese — permite que a teoria prevaleça? Não será o tipo de relações entre área produtora e consumidora o responsável pela escolha e localização de culturas, processos de agricultura e sistema de propriedade, quadros correlativos da sociedade? Na Úmbria estão iminentes problemas de reconversão e de ruptura. Não será porque a agricultura regional vai deixar de corresponder às necessidades de auto-suficiência da comuna? A escolha de produtos agrícolas passará a obedecer a exigências especializadas de novos mercados: a capital e o espaço nacional. Isto significa alteração do sistema de cultura (até então à base de plantas arbustivas e cereais) e do tipo de exploração (arrendamento por parceria), que permitia uma renda ao proprietário e a auto-suficiência à família que trabalhava a terra.

Regressamos a uma pergunta anterior: *o problema de uma região em atraso — a Úmbria — e a sua conseqüente «extroversão» não será o da permanência do carácter da cidade?* E este não será apenas um caso particular do princípio geral de que os fluxos são responsáveis pela estrutura da região?

PAULA BORDALO LEMA